



QUANTITATIVO DE SOBRESTADOS GRUPO DE REPRESENTATIVOS (GR)

Atualização: 02.05.2022

Tema GR	Paradigmas	Título	Quantidade sobrestados
04	0500388-44.2012.8.24.0012/50001 0013288-98.2012.8.24.0018/50000 0002300-78.2006.8.24.0066/50001 0000855-13.2011.8.24.0175/50001	Legitimidade ativa dos adquirentes de imóvel para pleitear indenização por desapropriação indireta e parcial ocorrida antes da aquisição da propriedade.	101
07	0310969-39.2016.8.24.0020/50001 0305270-62.2016.8.24.0054/50000 0308158-86.2015.8.24.0038/50001 0302025-14.2014.8.24.0054/50002	Extensão da faixa não edificável a partir das margens de cursos d'água naturais em trechos caracterizados como área urbana consolidada: se corresponde à área de preservação permanente prevista no art. 4º, I, da Lei nº 12.651/2012 (equivalente ao art. 2º, alínea 'a', da revogada Lei 4.771/1965), cuja largura varia de trinta (30) a quinhentos (500) metros, ou ao recuo de quinze (15) metros determinado no art. 4º, <i>caput</i> , III, da Lei nº 6.766/1979.	109
12	0045417-78.2011.8.24.0023/50007 0045417-78.2011.8.24.0023/50005 0045417-78.2011.8.24.0023/50009 0000266-94.2013.8.24.0031/50004 0003625-37.2012.8.24.0015/50001	Se o creditamento de ICMS incidente sobre a aquisição de produtos intermediários empregados no processo produtivo, na vigência da Lei Complementar nº 87/96, depende ou não da comprovação de seu consumo imediato e integral, além da integração física ao produto final.	15
13	5000583-37.2019.8.24.0050 5000857-64.2020.8.24.0050 5000841-13.2020.8.24.0050 0903714-58.2015.8.24.0038 5000856-79.2020.8.24.0050	Proposta de revisão da interpretação conferida ao Tema 109/STF: "Adoção pelo Poder Judiciário de critérios normativos estaduais como fundamento para extinguir ações de execução fiscal ajuizadas pelo Município".	3.768